

Cultura e capital social: entre a explicação e a legitimação das disparidades espaciais de desenvolvimento

AIRTON ADELAR MUELLER*

Resumo: Segundo a tese defendida pelo cientista político norte-americano Robert Putnam, e amplamente propagada pelo Banco Mundial nas últimas décadas, diferentes culturas regionais geram diferentes formas e quantidades de capital social. Trata-se, assim, este capital de um recurso coletivo intangível caracterizado por normas e sistemas sociais que facilitam as ações coletivas e coordenadas. Daí resultam padrões e trajetórias de desenvolvimento regional distintos. O presente artigo defende a necessária relativização deste suposto papel do capital social e, conseqüentemente, das culturas regionais enquanto fatores capazes de explicar desigualdades espaciais de desenvolvimento. Isto porque através de tal abordagem culturalista tais disparidades podem estar sendo legitimadas e não necessariamente elucidadas. O artigo destaca, ainda, exemplos que evidenciam possíveis superestimções quanto aos efeitos positivos do capital social presentes nas obras de Putnam e ressalta a reiterada ocorrência do mesmo fenômeno em parte da literatura recente. Por fim é apresentado um modelo empírico com potencial de evidenciar, e com isso evitar, tal superestimção.

Palavras-chave: Culturas regionais; Robert Putnam; Legitimação de desigualdades.

Abstract: According to the argument of the American political scientist Robert Putnam, widely propagated by the World Bank in recent decades, different regional cultures generate different forms and amounts of social capital. This leads to different patterns and paths of regional development. The article argues the necessity to relativize this alleged role of social capital and, consequently, of regional cultures as factors presumably able to explain spatial inequalities of development. That is because from such culturalist approach may arise legitimations and not necessarily explanations for these disparities. The article also highlights examples that show possible overestimations of the alleged positive effects of social capital in Putnam's works and points out the repeated occurrence of the same phenomenon in some of the recent literature. Finally, it presents an empirical model able to demonstrate, and thereby avoid, such overestimation.

Key words: Regional cultures; Robert Putnam; Legitimation of inequalities.



* AIRTON ADELAR MUELLER é bolsista de pós-doutorado PNPd-CAPES no Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado - em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Introdução

A partir de meados dos anos 90 do século passado o conceito de capital social passou a fazer parte de maneira crescente do vocabulário acadêmico (FRANZEN; FREITAG, 2007) sendo, nas palavras de Portes (2000), uma das “exportações” mais bem-sucedidas da sociologia para outras ciências sociais. Isto está diretamente ligado à publicação, em 1993, do livro de Robert Putnam sobre as desigualdades regionais na Itália – *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Nessa obra o autor conclui que as ditas desigualdades se devem, em boa medida, aos distintos estoques regionais de capital social. Para Putnam (2000, p. 177) capital social se refere a “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Segundo ele, fortes tradições de engajamento cívico, tais como participação eleitoral, leitura de jornais, existência e participação em associações das mais diversas seriam as características de uma região de sucesso (PUTNAM, 1993). Tal cenário rico em associações e demais formas de engajamento cívico, seria, entretanto, parte da cultura, do *ethos* regional (valores, normas, tradições) (PUTNAM, 2000). A partir desta forte tradição de engajamento cívico se formaria o referido capital social. Com ele, tanto governos, quanto o setor privado, teriam maiores possibilidades de êxito em seus empreendimentos e projetos. De outro modo, onde tal capital for escasso, pior seria o desempenho de instituições públicas e menor seria o progresso econômico e o desenvolvimento social. Em outras palavras, Putnam encontra a explicação para as diferenças

socioeconômicas inter-regionais dentro de cada região.

Assim como os trabalhos de Putnam atraíram atenção para os efeitos positivos do capital social, logo também se fizeram notar as críticas e lacunas, muitas das quais persistem até os dias atuais. Surgiram expressões como *The downside*, (PORTES; LANDOLT, 1996), *capital social negativo*, (OFFE; FUCHS, 2001 e PORTES, 1998), a *face sombria*, a *face obscura* do capital social, (ROTH, 2004), entre outras. Tais manifestações procuram destacar especialmente os efeitos socialmente indesejados advindos do capital social, os limites daquilo que dele se pode esperar, o elitismo e o culturalismo de Putnam, a falta de explicações alternativas para os efeitos atribuídos ao capital social, bem como as implicações políticas decorrentes da interpretação putnamiana de capital social.

Alejandro Portes, por exemplo, já no ano 2000 alertava que o uso crescente da noção de capital social poderia resultar em perda do valor heurístico do próprio conceito (PORTES, 2000). Neste sentido ele afirma: “The heuristic value of the concept suffers accordingly as it risks becoming synonymous with each and all things that are positive in social life”¹ (PORTES, 2000, p. 3). Nesta mesma direção o autor alertava para a necessidade de parcimônia por parte dos cientistas afim de que pudessem produzir contribuições relevantes através do recurso ao conceito em questão. “It is not advisable to jump so quickly onto this bandwagon. We will serve science and the public better by withholding

¹ Todas as traduções foram feitas pelo autor: “Nesse sentido, o valor heurístico do conceito padece, uma vez que corre o risco de tornar-se sinônimo de tudo que seja positivo na vida social”.

judgment until firmer knowledge is at hand² (PORTES, 2000, p. 10).

Os alertas feitos por Portes (2000), aparentemente não foram ouvidos. É o que se pode deduzir do extenso trabalho do economista britânico Ben Fine, publicado em 2010: *Theories of Social Capital: Researchers Behaving Badly*. Na interpretação desse autor a noção de capital social passou por um processo de alargamento tal que já não comporta mais nenhum valor heurístico, apenas ideológico. Para ele “social capital is to social science as McDonald’s is to gourmet food”³ (Fine 2010: 21).

Além de tais efeitos deletérios sobre o próprio conceito ressaltados por Portes (2000) e reiterados por Fine (2010), Mueller (2013) alerta que tal superestimação pode ter como corolário uma espécie de “cilada política”, justamente para as regiões pouco desenvolvidas, aquelas que em tese se beneficiariam do capital social coletivo/comunitário. Tal cilada se daria porque a abordagem putnamiana ofereceria uma explicação baseada apenas em um olhar endógeno à cada recorte espacial estudado, sendo ignoradas inúmeras influências externas às quais cada região está submetida. Além disso, dentre os inúmeros fatores internos, a abordagem de Putnam trataria de apenas um deles, a cultura. Desta forma, cada região passaria a ser quase que exclusivamente responsável pelo seu grau de desenvolvimento, e isto conduziria à naturalização e à legitimação de disparidades espaciais de desenvolvimento, e não à sua superação.

² “Não é aconselhável embarcar tão rapidamente neste movimento. Serviremos à ciência e ao público melhor, evitando julgamentos até que se tenha conhecimento mais firme à mão”.

³ “O capital social está para a ciência social assim como McDonalds está para a comida gourmet”.

Diante disso, o presente artigo discute a necessária relativização deste suposto papel do capital social e, conseqüentemente, das culturas regionais enquanto fatores capazes de explicar desigualdades espaciais de desenvolvimento. O que visa, de um lado, alertar para a mencionada “cilada política” decorrente da superestimação do capital social e, de outro, reiterar a ocorrência dos efeitos deletérios que o próprio conceito vem sofrendo em função da inobservância dos diversos alertas feitos já de longa data. Além disso, visa-se ressaltar a pertinência e a atualidade do modelo empírico utilizado por Portes (2000) no sentido de, através dele, ser possível amenizar e/ou evitar os problemas apontados em futuros trabalhos empíricos.

Expectativas criadas por e a partir de Putnam: alguns exemplos

Especificamente quanto aos efeitos benéficos do capital social, as afirmações de Putnam são abundantes e, a nosso ver, nada modestas. Em Putnam (2002, p. 444) lê-se, por exemplo, que “[...] si alguien deseaba mejorar su salud, el traslado a um estado con um elevado nível de capital social le resultaría tan beneficioso como el abandono del tabaco”. Na mesma obra lê-se ainda que

[...] los niños ‘en situación de riesgo’ pueden salir adelante en la vida si sus madres cuentan con suficiente capital social. [...]. De hecho, algo que poseen en abundancia muchos distritos escolares suburbanos con alto rendimiento académico es el capital social, que desde el punto de vista educativo tiene más importancia incluso que el económico (PUTNAM, 2002, p. 411, grifos do autor).

Já em sua obra sobre a Itália ele afirma que “para a estabilidade política, para a

boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico e humano” (PUTNAM, 2000, p. 192). Além destes supostos efeitos sobre as regiões italianas, o autor deixa evidente a intenção de generalizar suas conclusões para outras partes do mundo. Para ele

tanto o hiato Norte-Sul na Itália quanto as teorias que se formularam para explicá-lo refletem o debate mais amplo sobre o desenvolvimento no Terceiro Mundo. Por que tantos países permanecem subdesenvolvidos? Insuficiência de recursos? Erros do governo? Dependência centro-periferia? Imperfeições do mercado? “Cultura”? É justamente por essa razão que os estudos sobre a experiência italiana podem ajudar-nos a compreender por que tantos (mas nem todos) países do Terceiro Mundo permanecem inevitavelmente e inexplicavelmente atolados na pobreza (PUTNAM, 2000, p. 169, grifos do autor).

Tal enfoque teve enorme ressonância na academia e nas esferas políticas em boa parte do mundo (FRANZEN; FREITAG, 2007). Organismos internacionais voltados a temáticas do desenvolvimento, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (ver OECD, 2001), incorporaram o conceito a vários de seus projetos. No caso da primeira instituição, em publicação assinada por um de seus especialistas no tema, vê-se a seguinte referência ao capital social:

Social capital refers to the **internal** social and cultural coherence of society, the norms and values that govern interactions among people and the institutions in which they are embedded. Social capital is the

glue that holds societies together and **without which there can be no economic growth or human well-being**⁴ (SERAGELDIN, 1998, p. iii, grifos nossos).

Aqui se observa claramente a importância dada ao conceito, sendo que, segundo o autor, não pode haver nem crescimento econômico, nem bem-estar sem tal capital. Isto porque o capital social seria o “elo perdido” no que diz respeito à obtenção de tais objetivos (GROOTAERT, 1998, p.1). Merece destaque também a menção ao aspecto interno do capital social. Interno às sociedades/regiões, o que é coerente com a percepção putnamiana acima descrita, no sentido de que tal autor busca explicações para o desenvolvimento regional dentro de cada uma das regiões. Isto sugere que tanto os problemas quanto as soluções no que tange ao desenvolvimento deveriam ser buscadas dentro de cada região que estiver sendo estudada, como se não existissem conexões e interdependências de ordem econômica, política e histórica, nem a ação e influência de atores externos ao recorte espacial em estudo.

Em consonância com as instituições acima mencionadas, o *Inter-American Development Bank* (IDB) lançou, em 2005, a *Social Capital, Ethics and Development Initiative*, cujo objetivo era tratar de: “concrete ethical issues and further institutionalizing the presence of social capital and ethics in societies throughout Latin America. The Bank's Ethics Initiative is demand driven and responds to the existing

⁴ “Capital social refere-se à coerência social e cultural interna da sociedade, as normas e valores que regem as interações entre as pessoas e instituições nas quais estão inseridas. Capital social é a cola que mantém as sociedades unidas e sem a qual não pode haver crescimento econômico ou bem-estar humano”.

public interest on social capital and ethics”⁵ (IDB, 2005). Alguns anos antes, aquele que viria a ser o coordenador desta iniciativa (o economista argentino Bernardo Kliksberg) se manifestava da seguinte forma sobre o conceito em questão: “El capital humano y el capital social han sido ‘redescubiertos’ en los últimos años, y no resulta posible pensar sólidamente sobre el desarrollo sin tener en cuenta su relevante peso como ‘palancas’ del mismo” (KLIKSBERG, 1998, p. 14, grifos do autor). Ou seja, o capital social parecia ser a “chave esquecida” (KLIKSBERG, 2002) para solucionar problemas em torno do desenvolvimento e da pobreza.

Das primeiras críticas às mais recentes

Conforme dito, diversas foram e vêm sendo, as críticas a tal abordagem. Aqui se arrola algumas delas, especialmente aquelas que, a nosso ver, evidenciam diferentes facetas e aspectos que dão margem às possíveis superestimações em torno dos alegados benefícios coletivos advindos do capital social.

Levi (1996), ao tratar dos efeitos deste capital sobre a democracia, se manifesta no sentido de que os “clubes de Putnam” parecem não estar à altura da tarefa que ele lhes atribui. No entender dessa autora, mesmo que haja a superação dos problemas da ação coletiva, conforme Putnam aponta, e mesmo que os cidadãos estejam mobilizados para a ação política, sua capacidade de fazer demandas efetivas e sanções aos governos permanecem limitadas. Ela lembra que há muitos

aspectos na formação da agenda política que nem chegam ao conhecimento do público. Mesmo com uma imprensa livre, informações sobre políticas e suas consequências costumam ser confusas e difíceis de serem obtidas.

Além disso, as demandas reais não seriam necessariamente demandas democráticas, pois poderiam representar apenas o interesse de pequena parte do eleitorado, sendo, em muitos casos, demandas particularistas. Isto nos remete ao que Portes (2000, 1998, 1996) e Portes e Landolt (2000) mencionam, no sentido de que o capital social de um indivíduo socialmente influente pode justamente se dar na sua habilidade de escapar aos controles sociais (por exemplo, evitar, através de seu capital social, o cumprimento imparcial das leis). Isto significaria ao mesmo tempo uma forma de minar o capital social coletivo, entendido como civismo.

Para Tarrow (1996) um dos problemas no trabalho de Putnam sobre as desigualdades regionais italianas está na sua escolha do ponto de partida e nos eventos históricos negligenciados. Segundo ele, Putnam concentra-se nos anos de ouro das Cidades-Estado e faz vistas grossas aos séculos subsequentes. Por que ele teria escolhido a alta Idade Média como ponto de partida de sua história? Por que outros períodos e eventos históricos, tais como o surgimento do fascismo no início do século 20, ou o colapso do Norte sob monarquias no século XVI, ou a conquista do Sul, implementada pelo Norte no século XIX, não poderiam ser considerados tão relevantes na formação dos hábitos cívicos/incívicos da população? E como o fascismo poderia ter surgido justamente no cívico Norte?

Tal negligência de rotas alternativas para a história é o que, na opinião de

⁵ “Questões éticas concretas e institucionalizar ainda mais a presença do capital social e da ética nas sociedades em toda a América Latina. A *Ethics Initiative* do Banco é impulsionada pela demanda e responde ao existente interesse público sobre capital social e ética”.

Levi (1996), põem em cheque a noção de dependência da trajetória (*path dependence*⁶) na qual Putnam ancora a persistência do civismo ao longo da história. Como ressalta Levi (1996), estruturas históricas e experiências passadas certamente afetariam as escolhas das pessoas, mas elas precisariam ser constantemente reproduzidas para que continuem tendo os mesmos efeitos que tiveram no passado. Além disso, as Cidades-Estado do Norte não teriam sido necessariamente horizontais nem cívicas. Após um curto período de associativismo voluntário, teriam surgido rígidas oligarquias que lutavam constantemente por terras e mercado, submetendo a população pobre à uma condição de verticalidade. Conforme Tarrow (1996), apontar o surgimento das Cidades-Estado como o período de surgimento da sociedade cívica, equivaleria a dizer que o civismo tenha surgido com a sociedade burguesa capitalista.

Tarrow (1996) aponta ainda outros elementos da história regional que possam ter sido responsáveis pela configuração do capital social (que ele chama de capacidade cívica). Neste sentido o autor ressalta que desde o século 12 até a unificação italiana em 1861, o Sul fora governado por administradores externos (do Norte). O que faria do Sul uma espécie de semicolônia, condição esta que não desaparecera repentinamente com a unificação. A sociedade do Sul teria sido penetrada pelo Estado nortista configurando relações do tipo

centro/periferia, o que possivelmente teria se refletido na capacidade cívica no Sul. Dentro deste contexto é que as novas instituições estudadas por Putnam estariam inseridas. Desta forma, o seu modelo *bottom-up*, no qual o Estado é apenas variável dependente sem responsabilidades pelo estado de coisas, seria pouco esclarecedor. O civismo não poderia ser considerado um *home product*, no qual o Estado não desempenha nenhuma importância. Por isso, para Tarrow (1996), assim como o associativismo (a capacidade cívica) possa ter sido resultado de ações políticas deliberadas, também as performances dos governos regionais poderiam sê-lo e não apenas um resultado de características culturais distintas.

Dentre os autores brasileiros, Reis (1998), ao propor uma releitura do familismo amoral⁷ ao qual Putnam (2000) se refere, questiona até que ponto seria possível esperar que em sociedades marcadas por acentuadas disparidades nas oportunidades de vida da população possam surgir sentimentos de solidariedade e confiança. Segundo ela, as camadas mais pobres não encontram incentivo algum para participar de atividades associativas por não poderem dar-se ao luxo de adiar a satisfação das necessidades diárias. E, na medida em que permaneçam excluídas e sem perspectivas de inclusão, não teriam motivos para demonstrar sentimentos de

⁶ Putnam ao valer-se de tal conceito, se refere ao economista norte-americano Douglas North (*Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: The University Press, 1990), segundo o qual, em termos gerais, cada região está presa à sua própria trajetória histórica.

⁷ Trata-se de uma referência à expressão cunhada por Edward Banfield (*The moral basis of a backward society*. Chicago Free Press, 1958) que com ela caracteriza indivíduos que visam maximizar a vantagem material e imediata da família nuclear, prevalecendo, no contexto regional, um cenário quase que hobbesiano, com reduzidas possibilidades de ações cooperadas e coletivas.

solidariedade para com a sociedade como um todo (REIS, 1998).

Já os mais ricos, por terem algo a perder, associariam a pobreza à violência e à insegurança, acarretando medidas de proteção privada. Isto teria como efeito a redução da esfera pública e a ampliação das distâncias sociais, tornando, por sua vez, ainda mais restritas as concepções de solidariedade (REIS, 1998). Ou seja, a ampliação das distâncias sociais ampliaria o medo das pessoas utilizarem os espaços públicos, provocando a retirada para os espaços privados. Assim, quanto maior a distância entre os segmentos sociais, mais abstrata se tornaria a preocupação dos ricos com os problemas dos pobres e mais se retrairiam os círculos de relações para as esferas mais íntimas. Desta forma, seriam as distâncias sociais as causadoras do familismo, e não necessariamente a cultura ou o *ethos* regional. Amoral seria a existência de sociedades extremamente desiguais, especialmente as latino-americanas (REIS, 1998).

Fine (2010), em uma das abordagens mais abrangentes e atuais sobre o conceito de capital social, afirma que o uso deste termo faz parte de um processo mais amplo que tende a rotular qualquer recurso como sendo alguma forma de capital.

Significantly, this use of social capital reflects a more general syndrome of capitalising, if you like, on any resource used for whatever purpose or effect, and dubbing it capital, to give rise to what has been termed a 'plethora of capitals' [...]. Within economics itself, we have physical, economic, human, personal, environmental, financial, natural capital, and so on. These have been complemented by a range of other capitals, garnered from across the other social

sciences, such as the symbolic, cultural, organizational, intellectual [...], religious, moral (ethical and socio-moral), (embedded) career, bootstrap, and, in one contribution alone, club capital, envisioned capital, virtual capital, working capital, and black economy capital [...], although my current favorite is 'mental capital'. And these capitals have also been variously combined with social capital [...]⁸ (FINE, 2010, p. 31, grifos do autor).

Tal multiplicação de usos e combinações do conceito capital social com outros conceitos e formas de capital certamente não seria fortuita e nem sem efeitos nefastos sobre o próprio conceito em questão, principalmente em função das negligências de inúmeros aspectos que poderiam desvelar outras implicações empíricas e repercussões práticas. Para Fine (2010, p. 108),

in place of the global, the economic, class, the state, conflict, gender, power and so on, social capital offers a bland alternative, highly conciliatory in principle and practice with more humanely

⁸ “Significativamente, este uso do capital social reflete uma síndrome mais geral de capitalizar, se assim quisermos dizer, qualquer recurso utilizado para qualquer fim ou efeito, e apelidando-o de capital, para dar origem ao que tem sido chamado de 'plethora de capitais' [...]. Dentro da própria economia temos capital físico, econômico, humano, capital natural, financeiro, ambiental, pessoal, e assim por diante. Estas [formas de capital] têm sido complementadas por uma gama de outros capitais, obtidos de outras ciências sociais, tais como o simbólico, cultural, organizacional, intelectual [...] religioso, moral (ético e sócio-moral), (inserido) de carreira, de inicialização, e, em um único contributo, capital de clube, capital previsto, capital virtual, capital de trabalho e capital de economia paralela [...], embora o meu favorito atual é 'capital mental'. E esses capitais também têm sido variadamente combinados com o capital social [...]”.

presented forms of neo-liberalism, with token incorporation on narrower terms of other buzzwords such as empowerment and participation⁹ (Fine, 2010, p. 34).

Ou seja, é possível que boa parte da expansão do uso deste conceito se deva não ao que com ele se pode explicar, mas àquilo que se omite com seu uso. Muitos dos aspectos e temáticas acima mencionados – tais como classes, poder, conflito, globalização, etc. – podem ser obliterados com o uso do conceito de capital social. O que pode se dar especialmente através daquele de origem putnamiana, cujo foco é, sobretudo, na “comunidade”. Neste sentido, um dos problemas a ele associado não é necessariamente o que se aborda, mas o que (intencionalmente ou não) se deixa de abordar.

Associado a isso está o fato de que, não apenas nos trabalhos de Putnam, mas sobretudo em muitas das inúmeras pesquisas recentes inspiradas em sua abordagem, haveria, segundo Fine (2010), uma superestimação do pretenso papel positivo do capital social. Isto porque muitos dos resultados que vêm sendo atribuídos a esta forma de capital, seriam, em boa medida, decorrentes da desconsideração de outros fatores explicativos (FINE, 2010). Mesmo que tal aspecto referente ao trabalho de Putnam (2000) já tenha sido ressaltado desde cedo por autores como os aqui destacados Levi (1996) e Tarrow (1996), este segue sendo um tema candente, conforme as próprias

manifestações de Fine (2010) acima evidenciam.

A relativização do papel do capital social: um exemplo prático

No nível individual¹⁰, Portes (2000) procura demonstrar as possíveis falácias e exageros em torno dos esperados efeitos do capital social. Especialmente no que se refere às assertivas de Coleman (1988), no tocante aos supostos efeitos sobre a produção de capital humano. Ao trabalhar com grupos de imigrantes recentemente chegados aos Estados Unidos, ele entende ser esse um contexto onde as redes pessoais de solidariedade e os grupos de apoio devam ser de acentuada relevância para a adaptação e ascensão social na nova sociedade. Em especial o sucesso educacional dos filhos destes imigrantes seria de se esperar ser fortemente dependente do apoio e envolvimento dos pais nas tarefas e atividades escolares, bem como do apoio de outros membros da comunidade.

Portes (2000) lembra que Coleman (1988) ressaltava a solidariedade interna de grupos de imigrantes asiáticos e como as mães nestes grupos se dedicavam à tarefa de auxiliar a aprendizagem de seus filhos, chegando, inclusive, a adquirir material didático duplo; um para o aluno e outro para a mãe. Assim, conforme Portes (2000), em caso de famílias intactas (quando ambos os pais vivem juntos) estariam duplicadas as possibilidades de supervisão e apoio por parte dos pais ao aprendizado dos seus filhos. Outro indicador de capital social considerado

⁹ “No lugar do global, do econômico, classe, do Estado, conflito, gênero, poder e assim por diante, o capital social oferece uma branda alternativa, altamente conciliatória em princípio e prática, com formas de neoliberalismo mais humanamente apresentadas, com incorporação simbólica em termos mais estritos de outros chavões como empoderamento e participação”.

¹⁰ A expressão “nível individual” aqui usada tem subjacente a ideia de que os indivíduos através da participação em redes e grupos possuem capital social e podem, assim, obter benefícios diversos. Para maiores detalhes ver, por exemplo, Portes (2000).

importante na promoção de capital humano é a presença dos pais na escola. O que foi medido através de um índice composto de participação dos pais em atividades e eventos promovidos pela escola e a frequência com que eles se reúnem com algum membro desta para discutir o desempenho escolar dos seus filhos.

Além destes indicadores, o grau de fechamento da rede (família/grupo) foi considerado fonte importante de capital social por Coleman (1988), o que poderia auxiliar na promoção do capital humano na medida em que o fechamento da rede estenderia parte da tarefa de supervisionar e educar os filhos a outros adultos da mesma comunidade. No caso em questão (PORTES, 2000), o grau de fechamento

das redes dos pais de um aluno(a) foi medido pelo tamanho da rede de amigos deste aluno cujos pais se conhecem. Em sendo elevado o grau de fechamento em comunidades de imigrantes, somado ao fator famílias intactas e ao envolvimento dos pais nas atividades escolares, seria de se esperar que as tais formas de capital social produzissem elevados efeitos positivos no desempenho educacional dos filhos de imigrantes.

Em primeira instância, via correlações bivariadas, o autor constatou associação direta e positiva entre capital social e capital humano. O mesmo ocorreu quando o método empregado foi a análise de regressão. Tais resultados foram obtidos através da equação abaixo.

Equação 1: Efeitos brutos do capital social no desempenho escolar¹¹.

$$T = 45.067 + .972(\text{NC}) + .983 (\text{PI}) + 1.852 (\text{IF})$$

(12.87) (13.27) (6.38)

Da mesma forma que as correlações bivariadas, os efeitos brutos do capital social se mostraram positivos e estatisticamente fortes. Entretanto, após introduzir as variáveis de controle especificadas na equação 2, teve-se que “the effects of social capital drop markedly and become insignificant either in the sense of statistical reliability or substantive importance”¹² (PORTES, 2000 p. 9).

Equação 2: Efeitos líquidos do capital social no desempenho escolar¹³.

$$T = 4761.238 + .296 (\text{NC}) + .203 (\text{PI}) + .272 (\text{IF}) + 4.794 (\text{SES}) + 2.882 (\text{ENG})$$

(4.24) (2.07) (1.09) (30.18) (7.09)

$$+1.052 (\text{LENGTH}) + .969 (\text{HOME}) - 2.469 (\text{AGE}) - .164 (\text{SEX})$$

(3.09) (12.52) (12.57) (0.74)

¹¹ T = Academic test scores, NC = Network closure, PI = Parental involvement, IF = Intact family, valores “t” entre parênteses, R² = .077.

¹² “Os efeitos do capital social caem acentuadamente e tornam-se insignificantes, tanto no sentido da validade estatística quanto da importância substantiva”.

¹³ SES = Parental socioeconomic status, ENG = knowledge of English, LENGTH = six or more years of U.S. residence, HOME = daily hours of homework, valores “t” entre parênteses, R² = .340.

O autor concluiu que apesar de todo o ruído em torno da ideia de capital social, no extremo, o que realmente importa para o desempenho escolar dos alunos de seu estudo, em ordem decrescente de importância, é o nível socioeconômico da família, o conhecimento da língua do país de destino e o tempo de residência nesse país. O nível socioeconômico da família, em especial, se mostrou acentuadamente influente, obliterando todos os indicadores de capital social, mesmo quando considerados em seu conjunto (PORTES, 2000).

Considerações finais

Certamente que a consideração de distintas relações causais e a inclusão de outras variáveis no modelo de Putnam não é nenhuma novidade. Conforme já mencionado anteriormente, desde as primeiras críticas, como as de Tarrow (1996) ou Levi (1996), este tem sido um ponto controverso. Todavia, os apontamentos de Fine (2010) indicam e ressaltam justamente a atualidade desta temática e evidenciam, sobretudo, que os alertas feitos por Portes (2000) sobre a tendência de um uso pouco rigoroso do conceito, conforme mencionado na introdução deste artigo, receberam pouca atenção. Para ser preciso, o que Fine aponta é que tal uso pouco rigoroso do conceito se ampliou a despeito das recorrentes críticas.

Segundo tal autor “this is not exactly rocket science, but it has been overlooked all too frequently by the social capital literature”¹⁴ (FINE, 2010, p. 26). Tal realidade deixa claro o porquê do subtítulo de seu livro (*Researchers Behaving Badly*¹⁵) no sentido de evidenciar que os

pesquisadores estariam se comportando de maneira reprovável. Assim, um dos intentos do presente artigo consistiu em reverberar esta realidade ainda candente e trazer à tona já antigas manifestações que alertavam que o conceito de capital social poderia ser vítima do próprio sucesso. Neste sentido, quem estiver interessado na preservação do valor heurístico do conceito, faria bem se se preocupasse em evitar a continuidade de sua degradação e não ignorasse os alertas, as críticas e as sugestões, desde as mais antigas até as mais recentes.

Do ponto de vista das implicações deste “mau comportamento dos cientistas” – para usarmos o termo de Fine (2010) – sobre a temática do desenvolvimento de um território, destaca-se que a desconconsideração de outros fatores com capacidade de explicar tal desenvolvimento também pode conduzir à superestimação dos efeitos do capital social. E, conforme dito, e reiterado a seguir, isto pode implicar uma espécie de “cilada política” – para usarmos o termo de Mueller (2013) – particularmente para aquelas regiões pouco desenvolvidas.

Em primeiro lugar, entende-se que a abordagem de Putnam está intrinsecamente associada à desconconsideração de fatores exógenos à unidade de análise. Via lente putnamiana, o pesquisador acaba por procurar explicações para o desenvolvimento de uma região somente dentro dela mesma. Tal abordagem não propicia, portanto, uma abordagem relacional entre regiões desenvolvidas e não desenvolvidas, entre pobreza e riqueza.

Diretamente ligado a este aspecto, está o fato de que Putnam também desconSIDERA as disparidades de poder decorrentes da desigual distribuição de outras formas de capital (especialmente

¹⁴ “Isto não é exatamente a ciência de ponta, mas tem sido negligenciado com demasiada frequência pela literatura do capital social”.

¹⁵ “Pesquisadores comportam-se mal”.

econômico e humano) entre atores que formam o capital social “comunitário”, do qual se espera efeitos positivos no desenvolvimento. Ou seja, o capital social de uma região pobre em termos materiais é, necessariamente, constituído pelos pobres. De outro modo, o capital social de regiões mais ricas e desenvolvidas será constituído por pessoas com mais posses materiais, maior grau de instrução acadêmica, etc. consequentemente, com maior capacidade de influenciar o mundo. Daí que o capital social coletivo de diferentes regiões, independentemente dos valores culturais, terá distintas possibilidades de êxito no que tange ao desenvolvimento. Por isso, esperar que os pobres superem a pobreza e a falta de desenvolvimento através de seu próprio capital social parece ilusório. Mais ilusório ainda é imaginar que possa haver, via capital social, a superação de disparidades espaciais de desenvolvimento. Isto porque, em tese, o capital social coletivo das regiões mais ricas pode ser mais produtivo do que o capital social das regiões pobres. O que faz com que o capital social dos primeiros possa servir para manter, ou inclusive aumentar, as disparidades espaciais de desenvolvimento já existentes. O que evidencia e corrobora a ideia de uma “cilada política” inerente à abordagem putnamiana.

Além destes dois aspectos, entende-se que há na versão putnamiana a desconsideração de outros elementos internos à unidade de análise (região, município, país, etc.) que também podem, junto com o capital social, explicar parte do desenvolvimento desta unidade de análise. Ou seja, dentre os inúmeros fatores internos que podem afetar o desenvolvimento, a abordagem de Putnam foca apenas em um deles, no capital social. Isto pode superestimar o papel da cultura local na explicação das

disparidades de desenvolvimento, uma vez que o capital social, segundo tal abordagem, é resultado da cultura local/regional. É esta cultura que distingue uma região de outra e é isso que explica, segundo tal abordagem, as diferenças de desenvolvimento entre elas. Disso resulta, segundo Mueller (2013), uma abordagem que oculta questões mais estruturais, desvia as atenções às inter-relações entre pobreza/riqueza, desenvolvimento/subdesenvolvimento e ainda transfere responsabilidades aos elos fracos da corrente.

Neste sentido, sustenta-se aqui que não é apenas atual a temática ora abordada, mas é também necessária a discussão em torno do que pode, ou não, ser atribuído ao capital social comunitário. Além disso, defende-se que é possível evitar, em boa medida, uma superestimação do suposto papel do capital social na explicação do desenvolvimento de uma comunidade e/ou região. Para tanto apresentamos o procedimento empírico adotado por Portes (2000). Este, a nosso ver, com as devidas adaptações ao caso a ser estudado, pode ser uma referência, uma alternativa empírica, capaz de evidenciar e/ou evitar superestimações que reforcem a mencionada “cilada política” e a própria deterioração do conceito de capital social.

Referências

- COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, Vol.94, Supplement, s. 95-120, 1988.
- FINE, Ben. Theories of Social Capital: **Researchers Behaving Badly**. London. Pluto Press, 2010.
- FRANZEN, Axel e FREITAG, Markus. Einleitung: Aktuelle Themen und Diskussionen

der Sozialkapitalforschung. In: FRANZEN, Axel e FREITAG, Markus (Orgs). **Sozialkapital. Grundlagen und Anwendungen.** Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie. 2007, Sonderheft 47.

GROOTAERT, Christian. Social Capital: The missing link? **World Bank. Social Capital Initiative**, Working Paper N° 3, Washington DC, 1998.

IDB (Inter-American Development Bank). **Social Capital, Ethics and Development Initiative.** (2005). Disponível em: <<http://www.iadb.org/en/projects/project-description-title,1303.html?id=rg-t1033>>. Acesso em: 01.10.2013.

KLIKSBERG, Bernardo. Repensando el Estado para el Desarrollo Social: Mas allá de dogmas y convencionalismos. **Foro Intermunicipal Buenos Aires Sin Fronteras.** 27-29 de abril de 1998.

KLIKSBERG, Bernardo. **Capital Social e Cultura: As chaves esquecidas do desenvolvimento.** PREAL, Rio de Janeiro, 2002.

LEVI, Margaret. Social and Unsocial Capital: A Review Essay on Robert Putnam's Making Democracy Work. **Politics and Society**, 24(1), S. 45-55, 1996.

MUELLER, Airton Adelar. Usos e armadilhas política inerentes à versão putnamiana de capital social. In: **Revista Espaço Acadêmico**, número 145, junho de 2013. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Es_pacoAcademico/article/view/20049. Acesso em: 06.01.2015.

OECD (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT) (2001). **The well-being of nations: The role of human and social capital.** Disponível em: <http://www.oecd.org/site/worldforum/33703702.pdf>. Acesso em: 01.07.2015.

OFFE, Claus/Fuchs, Susane. Schwund des Sozialkapitals. Der Fall Deutschland. In: PUTNAM, Robert D. (Hrsg.). **Gesellschaft und Gemeinsinn. Sozialkapital im internationalen Vergleich.** Gütersloh: Bertelsman, p. 417-514, 2001.

PORTES, Alejandro. Social Capital: Its origins and applications in modern sociology. **Annual Sociology.** 24:1-24, 1998.

PORTES, Alejandro. Two Meanings of Social Capital. **Sociological Forum**, Vol. 15 No. 1 (Mar.), pp. 1-12, 2000.

PORTES, Alejandro e LANDOLT, Patricia. The Downside of Social Capital. **The American Prospect**, Vol. 26:18-22, 1996.

PORTES, Alejandro e LANDOLT, Patricia. Social Capital: Promise and Pitfalls of its Role in Development. **Journal Lat. Amer. Stud.** 32, 529-547. Cambridge University Press, 2000.

PUTNAM, Robert D. The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. **The American Prospect.** March 21, 1993.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** 2ª Ed. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

PUTNAM, Robert D. **Solo en la bolera: colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana.** Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.

REIS, Elisa P. Desigualdade e Solidariedade: Uma releitura do “Familismo Amoral” de Banfield. In: **Processos e Escolhas: estudos de sociologia política.** Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

ROTH, Ronald. Die dunklen Seiten der Zivilgesellschaft. In: KLEIN, A. KERN, K. B. GEISSEL e BERGER, M. (Orgs.) **Zivilgesellschaft und Sozialkapital.** (p. 41-64). Wiesbaden: VS Verlag, 2004.

SERAGELDIN, Ismail. Foreword. In: **The World Bank Social Capital Initiative. Working Paper No.1.** 1998. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTSOCIALCAPITAL/Resources/Social-Capital-Initiative-Working-Paper-Series/SCI-WPS-01.pdf>>. Acesso em: 05.10.2009.

TARROW, Sidney. Making social science work across space and time: A critical reflection on Robert Putnam's Making Democracy Work. **American Political Science Review**, 90(June):389-397, 1996.

Recebido em 2016-01-13
Publicado em 2016-07-15